

**Leonardo Duncan Moreira Lima**

**SUPERAÇÃO DO  
PRECEDENTE  
JUDICIAL NO  
DIREITO BRASILEIRO**

**2023**



**EDITORA  
JusPODIVM**

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

L732s Lima, Leonardo Duncan Moreira.

Superação do precedente judicial no direito brasileiro / Leonardo Duncan Moreira Lima – São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.  
400 p.

Bibliografia

ISBN: 978-65-5680-891-8.

1. Direito processual – Brasil. 2. Precedentes. 3. Superação. I. Lima, Leonardo Duncan Moreira. II. Título.

CDD 341.1

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## SUMÁRIO

---

<b>CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>15</b>
1. Justificativa.....	15
2. Delimitação do tema .....	22
3. Plano do trabalho .....	23

### PRIMEIRA PARTE O PRECEDENTE E SUA EFICÁCIA VINCULANTE

#### *Capítulo 1*

<b>DEFINIÇÃO DE PRECEDENTE.....</b>	<b>29</b>
1.1. Noção de precedente judicial .....	29
1.2. Precedente, fundamentos determinantes e norma do precedente .....	34
1.3. Precedente, jurisprudência e súmula .....	45
1.4. A redefinição do uso da súmula .....	53

#### *Capítulo 2*

<b>EFICÁCIA DO PRECEDENTE .....</b>	<b>61</b>
2.1. Considerações iniciais .....	61
2.2. Efeito persuasivo e efeito vinculante.....	63
2.3. Eficácia vertical e eficácia horizontal .....	67
2.4. Outros efeitos dos precedentes.....	68
2.5. Coisa julgada e precedente.....	76
2.6. Coisa julgada nas ações de controle concentrado de constitucionalidade e eficácia vinculante do precedente constitucional.....	81

#### *Capítulo 3*

<b>DEVERES NORTEADORES DA FORMAÇÃO E DA APLICAÇÃO DO PRECEDENTE E DA JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>97</b>
3.1. Considerações iniciais .....	97
3.2. Dever de uniformização .....	99
3.3. Dever de estabilidade .....	100

3.4. Dever de integridade.....	102
3.5. Dever de coerência .....	106
3.6. Dever de formalização.....	109
3.7. Dever de adstrição ao caso concreto.....	113
3.8. Dever de observância obrigatória .....	115
3.9. Dever de considerar .....	116
3.10. Dever de correlação .....	117
3.11. Dever de fundamentação adequada e específica .....	119
3.12. Dever de transição.....	129
3.13. Dever de publicidade.....	131

#### Capítulo 4

<b>OS PRECEDENTES VINCULANTES NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>133</b>
4.1. A tipificação dos precedentes vinculantes .....	133
4.2. Precedentes oriundos de decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade .....	142
4.3. Precedentes que dão origem a enunciados de Súmula .....	144
4.4. Procedimentos de formação concentrada de precedentes (incidente de assunção de competência, incidente de resolução demandas repetitivas, julgamento de recurso especial e extraordinário repetitivos e julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida).....	148
4.5. Precedentes decorrentes de decisões e orientações do plenário ou do órgão especial dos tribunais.....	155

## SEGUNDA PARTE SUPERAÇÃO DO PRECEDENTE

#### Capítulo 1

<b>DEFINIÇÃO DE SUPERAÇÃO .....</b>	<b>161</b>
1.1. Segurança jurídica e adaptabilidade do ordenamento jurídico.....	161
1.2. Vinculação e superação .....	166
1.3. Superação total e parcial.....	175
1.4. Superação explícita e implícita .....	176
1.5. Superação e distinção .....	177
1.6. Formas de distinção com eficácia revogatória.....	185
1.6.1. Distinções inconsistentes.....	185
1.6.2. Transformação .....	186
1.6.3. <i>Overriding</i> .....	188
1.7. Sinalização.....	193
1.8. Superação antecipada do precedente.....	197
1.9. Superprecedente e superação.....	198

*Capítulo 2*

<b>SUPERAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>201</b>
2.1. Antecedentes .....	201
2.2. Superação no atual Código de Processo Civil .....	203
2.3. Incompatibilidade das formas de distinção com eficácia revogatória com o direito brasileiro.....	209
2.4. A sinalização no direito brasileiro .....	211
2.5. Admissibilidade no direito brasileiro do afastamento diante de provável superação (“superação antecipada do precedente”).....	213

*Capítulo 3*

<b>REQUISITOS MATERIAIS DA SUPERAÇÃO .....</b>	<b>221</b>
3.1. Considerações iniciais .....	221
3.2. Perda da congruência social .....	231
3.3. Rompimento da consistência sistêmica .....	233
3.4. Grave erro na formação do precedente .....	237
3.5. A necessária ponderação entre superação e estabilidade .....	239

*Capítulo 4*

<b>REQUISITOS PROCESSUAIS DA SUPERAÇÃO .....</b>	<b>243</b>
4.1. Considerações iniciais .....	243
4.2. Competência .....	243
4.3. Contraditório qualificado (efetivo e ampliado) .....	247
4.4. Fundamentação adequada e específica.....	252

*Capítulo 5*

<b>REGRAS DE TRANSIÇÃO NA SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES.....</b>	<b>257</b>
5.1. A segurança-continuidade e as regras de transição .....	257
5.2. Obrigatoriedade das regras de transição.....	260
5.3. A modulação dos efeitos.....	261
5.3.1. Considerações iniciais .....	261
5.3.2. Eficácia retroativa como regra e a possibilidade de modulação dos efeitos.....	264
5.3.3. Superação prospectiva .....	267
5.3.4. Extensão temporal da modulação (tipos de eficácia temporal) .....	270
5.3.5. Requisitos para a modulação .....	271
5.3.6. Aspectos processuais da modulação.....	281
5.3.6.1. Requerimento e decisão .....	281
5.3.6.2. Competência .....	282

5.3.6.3. Quórum.....	284
5.3.6.4. Contraditório.....	288
5.3.6.5. Fundamentação adequada e específica.....	289
5.4. Outras formas de transição .....	291

## Capítulo 6

<b>MEIOS PROCESSUAIS PARA PROMOVER A SUPERAÇÃO.....</b>	<b>293</b>
6.1. Considerações iniciais .....	293
6.2. Superação pela via concentrada autônoma. A “ação direta de superação”..	297
6.3. Superação pela via concentrada incidental. O incidente de superação.....	303
6.4. A superação pela via recursal .....	312
6.4.1. A jurisprudência anterior ao CPC atual restritiva do acesso aos tribunais superiores para rediscussão de teses jurídicas assentadas em julgamento de casos repetitivos ou com repercussão geral .....	313
6.4.2. O regime do CPC conforme o texto original e as alterações da Lei nº 13.256/2016.....	320
6.4.3. O entendimento atual dos tribunais superiores.....	322
6.4.4. Admissibilidade dos recursos excepcionais em caso de superação: interpretação conforme a Constituição das regras processuais atuais .....	327
6.4.5. Meios de impugnação da decisão que inadmite o recurso excepcional fundado na alegação de superação.....	331
6.4.5.1. Quanto ao cabimento do agravo ao STF ou STJ.....	333
6.4.5.2. Quanto ao cabimento de novo recurso excepcional.....	334
6.4.5.3. Quanto ao cabimento da reclamação.....	336
6.4.5.4. Quanto ao cabimento da ação rescisória.....	347
6.4.5.5. Quanto ao uso da simples petição .....	351
6.4.5.6. Conclusão parcial: decisão que rejeita agravo interno e mantém a negativa de seguimento de recurso excepcional fundado em alegação de superação de precedente vinculante de tribunal superior implica, em tese, usurpação de competência do tribunal superior, sujeitando-se à reclamação.....	352
6.5. Superação no âmbito da reclamação contra descumprimento de precedente vinculante de tribunal superior .....	356
6.6. Revisão e cancelamento de súmula.....	362
6.7. Considerações finais .....	367

## PARTE FINAL CONCLUSÕES

<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>373</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>383</b>